

APONTAMENTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCABILIDADE E EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL.

KLEM, Alice¹
GRUNEWALDT, Katrine²
SALVATTI LEMES, Marilena³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória das conquistas das mulheres brasileiras, ao longo do tempo, com destaque para o campo da Educação. Para isso, foi realizado estudo bibliográfico e serão apresentados, brevemente, alguns dados e fatos de maior relevância para esta abordagem, sobre como era a educação das meninas e mulheres desde a colonização do Brasil, com ênfase nas mudanças mais marcantes e nas conquistas femininas mais importantes, destacando as lutas e a atuação dos movimentos feministas. Ainda, será explanado sobre como se apresenta atualmente a situação das mulheres no país, quanto aos espaços conquistados e os desafios que ainda enfrentam nos cenários social, econômico, familiar e educacional, considerando os aspectos políticos atuais, as agendas governamentais e da ONU para os próximos anos, os dados mais recentes de pesquisas realizadas, além de como as novas tecnologias têm atuado nas campanhas e movimentos feministas, bem como, os temas que têm sido base das lutas atuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores como Mary Del Priore, outras pesquisas com temas similares e dados de instituições como IBGE e INEP. Este estudo considera que muitas coisas já foram conquistadas pelas mulheres, mas ainda existem muitos desafios a serem superados para se chegar a uma sociedade justa e com equidade entre os gêneros.

Palavras-chave: Educação das mulheres, Movimento Feminista, Conquistas femininas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the trajectory of the achievements of Brazilian women over time, with emphasis on the Educational field. For this, a bibliographic study was carried out and will present briefly some data and facts of greater relevance for this approach, about what was the girls and women education, since the colonization of Brazil, with emphasis on the biggest changes and most important female achievements, highlighting the struggles and the performance of feminist movements. In addition, it will be explained how is the situation of women in the country nowadays, regarding the conquered spaces and the challenges they still face in the social, economic, familiar and educational scenarios. Considering the current political aspects, the UN and government agendas for the coming years, the latest research data, as well as how new technologies have acted in feminist campaigns and movements, as well as the themes that have been the basis of the current struggles. The methodology used was bibliographic research, based on authors such as Mary Del Priore, other researches with similar themes, and data from institutions such as IBGE and INEP. This study allowed us to consider

¹ Acadêmica. E-mail: alicekleem@gmail.com

² Acadêmica. E-mail: Grunewaldt.ka@gmail.com

³ Orientadora. E-mail: marilenasalvati@hotmail.com

that many things have already been achieved by women, but there are still many challenges to overcome in order to achieve a just and gender-equitable society.

Keywords: Women's Education, Feminist Movement, Women's Achievements.

INTRODUÇÃO

Atualmente é de notoriedade que as mulheres ocupam um grande espaço no cenário educacional brasileiro. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres já são maioria no ensino superior, representando 57,2% das matrículas em cursos de graduação, porém, na docência do ensino superior, os homens ainda são maioria e as mulheres representam 45,5%, enquanto que na Educação básica são 80%.

As mulheres avançaram muito, pois nem sempre foi assim, e o caminho que tiveram que percorrer até aqui, enfrentando notória desigualdade de oportunidades, foi árduo e tortuoso. Dessa forma, esse estudo visa destacar fatos relevantes dessa trajetória, considerando os fatores históricos, desde a colonização do Brasil, até a situação das mulheres no cenário social brasileiro atual.

Nesse sentido, esta pesquisa está organizada, além da introdução, em três seções. Na primeira será analisada a formação educacional das meninas e mulheres, desde a colonização do Brasil, destacando toda a desigualdade de oportunidades que elas enfrentaram. Em seguida, ainda referente à primeira seção, em um subitem, será tratado de um fenômeno chamado de Feminização do magistério, que começou já no final do século XIX. Na segunda parte, seguirá um breve histórico dos movimentos feministas no Brasil e suas conquistas. Por fim, na terceira parte, ganharão destaque os espaços conquistados pelas mulheres no Brasil e os novos desafios que ainda precisam ser enfrentados, enfatizando o que tem sido feito no âmbito governamental e o que preconiza a agenda da ONU para os próximos anos. Ao final, serão apresentadas algumas considerações e conclusões sobre o trabalho realizado.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como base a pesquisa de autores como Mary Del Priore, além de outros trabalhos que abordam os temas relacionados à situação das mulheres na sociedade. Foram analisados ainda dados de pesquisas de instituições como IBGE, INEP, leis, como a Maria da Penha, as agendas do governo e a agenda da ONU.

1. Algumas preliminares sobre a história da Educação das mulheres no Brasil

No período da colonização do Brasil o ensino esteve a cargo da Igreja. Os jesuítas se encarregavam do ensino nas missões, a educação tinha como público apenas o gênero masculino e objetivava unicamente a formação de uma elite, que deveria ser culta e religiosa. Sendo que a mulher devia ocupar-se do casamento e dos trabalhos domésticos, ficando assim excluída do sistema escolar. Conforme Ribeiro (2000), até mesmo os índios estranharam o fato de as mulheres não estarem inseridas nos processos educativos, e chegaram a questionar e solicitar que as meninas indígenas também recebessem instrução de leitura e escrita, já que eram inseridas na catequese. Porém, essa solicitação foi negada pela própria rainha Maria Leopoldina de Portugal em carta ao Padre Manoel da Nóbrega.

Ainda nesse período, algumas mulheres recebiam educação nos conventos, a qual era de cunho religioso, onde, conforme Algranti (1993), a preocupação era com a honra e resultado da dominação masculina. Mulheres que não casavam, ou até mesmo que teriam direito à herança, eram anuladas de qualquer participação nas divisões familiares. As razões eram as mais diversas, fato é que mesmo nos conventos a educação que recebiam era voltada para manter a submissão.

No Brasil Império não aconteceram muitos avanços na educação feminina, conforme Ribeiro (2000), mesmo na Europa, as mulheres portuguesas não recebiam instrução e, decorrente disso, essa prática estendeu-se às brasileiras. O que surgiu, com a vinda de estrangeiros para o país, a partir da chegada da família Real portuguesa, foi a oportunidade para algumas mulheres trabalharem como professoras particulares para as crianças das famílias estrangeiras. Além disso, alguns estabelecimentos particulares para educar meninas ofertavam oportunidades para mulheres que tinham alguma instrução nesse pequeno mercado educacional, porém, nada que fosse considerado um desquite da atuação feminina na educação.

A Educação passou a ser responsabilidade do Estado a partir das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, entre as décadas de 1750 e 1770. Com essas mudanças foi permitido às mulheres frequentar salas de aula que eram apenas femininas e também puderam começar a dar aulas para moças. Isso proporcionou às mulheres o acesso às primeiras letras, correspondente ao ensino fundamental de hoje, porém não havia a obrigatoriedade de cursarem o ensino secundário, o qual era destinado apenas para os homens em sua preparação para o ensino superior (STAMATTO, 2002).

Além disso, a educação que as meninas recebiam era diferenciada de acordo com as classes sociais e etnias. Nas classes privilegiadas, elas aprendiam noções básicas de leitura, escrita, matemática, francês, piano, culinária, bordado, além de como deveriam (de acordo com

a época) tratar as criadas, o marido e como agir socialmente para bem representá-lo. Ainda, segundo Freire (2011), as meninas indígenas e negras ficavam de fora da escola pública, e as das classes menos abastadas ficavam sempre ocupadas com tarefas domésticas e afazeres da roça, sendo que seus pais não viam a necessidade de colocá-las na escola, tampouco essa era preocupação do poder público.

1.2 A feminização do magistério

Somente a partir do final do século XIX, com a ocorrência de processos sociais de industrialização e o dinamismo na economia, o magistério passou a não ser mais atraente aos homens, por se depararem com oportunidades muito mais rentáveis em outras áreas, o que gradualmente foi cedendo espaço às mulheres, que, então, começaram a adentrar nessa área, contando ainda com o apoio de um novo discurso de que as mulheres eram melhores para o ensino porque eram mais “doces” com as crianças. Freire (2011) apresenta que alguns setores da sociedade reconheciam:

a ‘natural’ inclinação da mulher para o trato com as crianças e defendiam o argumento de que bastava pensar o magistério como extensão da maternidade para compreender que este não subverteria a função feminina fundamental, ou seja, a função de mãe de família. (FREIRE, 2011, p. 249).

Tudo isso, alinhado à expansão da Escola Pública, trouxe a mulher de excluída da educação para protagonista nos processos de ensino e educadora responsável pela formação de cidadãos. Contudo, os cargos de comando, direção, inspeção e supervisão continuaram sendo masculinos, pois as mulheres não eram consideradas habilitadas para esses cargos, elas faziam apenas o trabalho de base com as crianças, sob esse discurso da mãe-professora.

Nos anos que se seguiram a Proclamação da República, a democratização a escola primária se conjugou com a ideia de dar uma destinação profissional às jovens de poucos recursos. Esse procedimento fez com que se investisse na criação de cursos preparatórios de formação, representados pelas escolas normais, em seguimento a uma tendência que já se havia manifestado nos finais dos oitocentos (1876), quando se criou em São Paulo, no Seminário de Educandas, uma escola normal destinada a dar instrução e habilitar órfãs e outras jovens que demonstrassem interesse em se tornarem professoras (ALMEIDA, 1998, p. 72).

Porém, os desafios eram muitos, essas moças, chamadas de normalistas, recém-formadas, que assumiam essas cadeiras públicas de ensino, muitas vezes, precisavam se deslocar para localidades distantes, sozinhas, e com um baixo salário, sempre menor que o dos

homens que exerciam a mesma função, o que era justificado pelo discurso de que as mulheres não precisavam sustentar família, então elas poderiam ganhar menos.

Conforme Telles (2014), no início do século XX, essa conquista feminina pelo espaço profissional na educação, coincidiu com o início do movimento feminista, e, ainda, com a entrada das mulheres no ensino superior e em algumas profissões. Essa entrada foi resultado de todos esses movimentos somados à configuração social que se apresentava na época, às reivindicações das mulheres, à necessidade de mão de obra, à necessidade financeira das famílias, entre outros. A autora ainda destaca:

Historicamente, a mulher obteve no magistério, de certa forma, a maneira de ter independência financeira e social, como movimento de libertação de uma trajetória marcada pela vivência no ambiente privado, com vocação reprodutora e mantenedora da família. (TELLES, 2014. p. 14)

Mesmo que essa tenha sido a conquista de apenas uma parcela da população feminina, foi de grande importância para o avanço da posição feminina diante da sociedade, como agente de transformação e sujeito ativo capaz de transformar a realidade.

Apesar disso, somente na atual Constituição, de 1988, a educação consolida-se como um direito de todos em qualquer faixa etária, previsto no Art. 205 da Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e no Estatuto do Idoso (EI/10741/2003). (FÁVERO,2004).

2. O movimento feminista no Brasil

“Para a mulher vencer na vida, ela tem que se atirar. Se erra uma vez, tem que tentar outras cem. É justamente a nova geração a responsável para levar avante a luta da mulher pela igualdade”. Berta Lutz (1894 - 1976), ativista feminina, bióloga e cientista brasileira. (2019, p1.)

Discretos movimentos de busca das mulheres brasileiras por alguns direitos datam ainda do período Colonial, conforme apresentado por Maria Amélia de Almeida Teles (1993), em seu livro *Breve História do feminismo no Brasil*, no qual a autora retrata classes de mulheres, a mulher indígena, a mulher branca e a mulher negra, e suas participações na política da época, de acordo com as diferenças econômicas e sociais. Para a autora o feminismo é:

Um movimento político que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal.

Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. (TELES, 1993, p. 10)

Durante o Império, as mulheres começaram a reivindicar seu direito à educação, ocorreram várias tentativas de alistamento eleitoral, porém nenhuma obteve sucesso, nesse período se destaca Nísia Floresta Augusta, considerada precursora do feminismo no Brasil. Escritora e professora, fundou a primeira escola para meninas. Também escreveu livros e artigos de jornal sobre republicanismo, abolicionismo e questões femininas.

Apenas no início dos anos 1900, com a influência de imigrantes europeus, começaram a ocorrer algumas mudanças, a partir de movimentos de greve realizados por grupos de mulheres na luta por melhores condições de trabalho. Nesse contexto, surgem nomes importantes, como Deolinda Figueiredo Daltro, que fundou o Partido Republicano Feminino e Berta Lutz, com a Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Esses grupos de mulheres eram formados basicamente por operárias e mulheres intelectualizadas, como Berta Lutz, ativista feminista, incansável na luta pelos direitos das mulheres, bióloga formada em Paris, pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, também atuou na política como parlamentar no estado do Rio de Janeiro, lutando pelos direitos trabalhistas das mulheres e pelo direito à educação. Ainda, defendia a formação científica no Brasil e criou a Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, organização que tinha como principal objetivo incentivar as mulheres a cursar o ensino superior. Conforme Souza e Abdala-Mendes (2018), Berta Lutz foi de extrema importância, principalmente nos avanços e conquistas femininas pertinentes à educação e à formação científica.

O direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, por meio do decreto 21.076 do Código eleitoral provisório, vindo a constar na Constituição de 1934. Segundo Priore (1997), em 1932 as mulheres brasileiras alcançaram a cidadania política, o direito ao voto, antes mesmo de países da Europa, como França e Itália.

As militantes feministas divulgavam suas ideias e conquistas muitas vezes através da arte, em jornais e reuniões. Teles destaca que “as lutas desenvolvidas pelas mulheres nesse período passavam por problemas concretos como o enfrentamento do problema da carestia” (TELES, 1993). Quanto às questões políticas “... se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, [...] e em prol da paz mundial.” (TELES, 1993). Porém, o movimento perdeu muita força durante o período ditatorial.

A partir dos anos 1960, os debates passaram a girar em torno de métodos contraceptivos, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra violência doméstica, equiparação

salarial, entre tantos outros temas que continuam em pauta ainda nos dias atuais. Mas, foi a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher, que as associações femininas voltaram a ganhar força. As mulheres começaram a participar dos sindicatos e os movimentos das mulheres engajaram-se fortemente na luta pela liberdade política do país.

Os movimentos feministas ganham verdadeira visibilidade a partir da década de 1980, com os Congressos da Mulher, que acontecem em São Paulo. Conforme Pontes e Damasceno (2017) “...o 1º Congresso acontece em 1979 e o 2º em 1980, este reunindo cerca de 4 mil mulheres, com 52 entidades participantes, sendo 9 feministas declaradas.”.

Os anos de 1980 foram uma fase de transição democrática fundamental para a organização do país e para os movimentos das mulheres, pois não conseguiram apenas espaço institucional no novo governo, como também se instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio de intensa ação política, culminando no reconhecimento da plena cidadania das mulheres.

Na década de 1990, expandiram-se ações não governamentais feministas, pois as mulheres ainda enfrentavam profundas desigualdades de gênero, sociais, regionais e étnico-raciais o que comprometia as possibilidades do exercício da cidadania recém adquirido.

No início dos anos 2000 deu-se continuidade a esse processo de luta com a criação de mais programas, organizações e documentos, todos estes com impacto positivo sobre grande parcela da população feminina.

3. Espaços conquistados e novos desafios

A mulher, na contemporaneidade, ampliou a sua capacidade de interagir e participar dos setores da sociedade. Passou a ter uma atuação crescente frente aos direitos prescritos em constituições, porém, muitas vezes ainda negados em sociedade.

As últimas três décadas foram marcantes para as mulheres brasileiras, pois geraram um importante alcance nas esferas públicas e privadas, com a intensa ação dos movimentos das mulheres.

Pode-se destacar aqui a inclusão da questão de gênero na agenda governamental, enfatizada por Farah (2004) “os movimentos sociais que participaram de lutas pela redemocratização do regime tinham as mulheres como um de seus integrantes fundamentais”. Essa inclusão resultou na criação, pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com o objetivo de erradicar toda forma de desigualdade em relação às mulheres. A qual, em 2010 foi transformada em Ministério.

Os avanços ainda incluem:

Em 2004, transformado em Ano da Mulher, o Governo Federal, sob a coordenação da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), convoca a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida de conferências estaduais e municipais. Esta convocação vem mobilizando mulheres e governos em todo o país para a discussão de políticas públicas para as mulheres e de diretrizes que culminaram no primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (PONTES E DAMASCENO, 2017. p. 5)

A partir da criação da SPM as questões de gênero ganharam destaque no campo educacional. Conforme Pontes e Damasceno (2017) “O primeiro, segundo e terceiro planos nacionais de políticas para as mulheres (PNPM), formulados pelo governo e sociedade civil, por meio das conferências, incluíram objetivos específicos para a educação”. Dessa forma, foi desenvolvida uma nova política educacional voltada para a perspectiva de gênero. Porém, sem deixar de ser um grande desafio, a tentativa de promover a temática da igualdade entre homens e mulheres nos currículos escolares.

Em 2012 a criação da Coordenação Geral da Diversidade, com o objetivo de promover políticas públicas para mulheres negras, homossexuais, indígenas, jovens, idosas e com deficiência, foi mais um grande avanço no cenário das conquistas femininas, pois como destacam Pontes e Damasceno (2017) “Pretende-se, assim, garantir políticas que contemplem as especificidades e diferenças das mulheres, promovendo o combate à discriminação e aos preconceitos”.

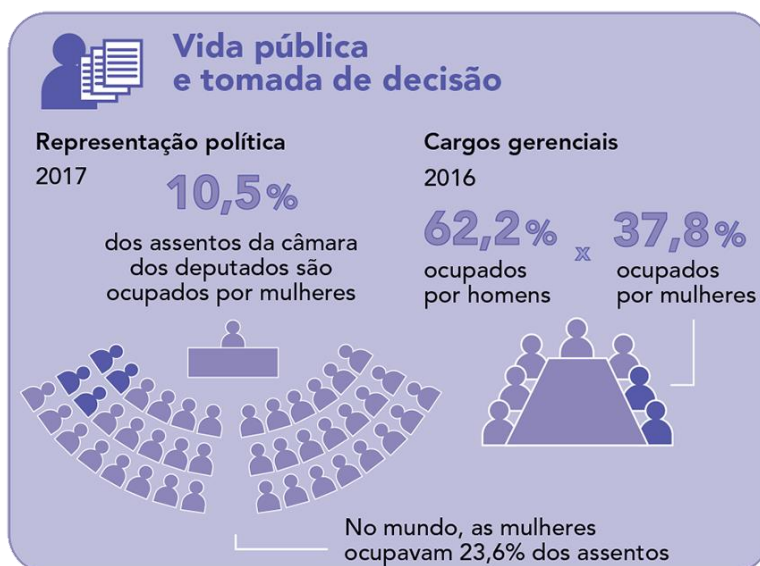
Além disso, ainda foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), para orientar as políticas públicas para as mulheres, políticas que devem ser desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais.

Todas essas conquistas femininas resultaram em indicativos positivos nos últimos anos, segundo dados do IBGE de 2016, as mulheres têm avançado, estão mais escolarizadas do que os homens, porém, ainda não alcançaram a igualdade no mercado de trabalho, nos cargos políticos de decisão e direção, conforme se pode observar nos gráficos a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Como se pode observar no gráfico, as mulheres estão mais presentes nas salas de aula, e também estão em maior número na conclusão do ensino superior. Porém, ainda estão trabalhando mais e sendo menos remuneradas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

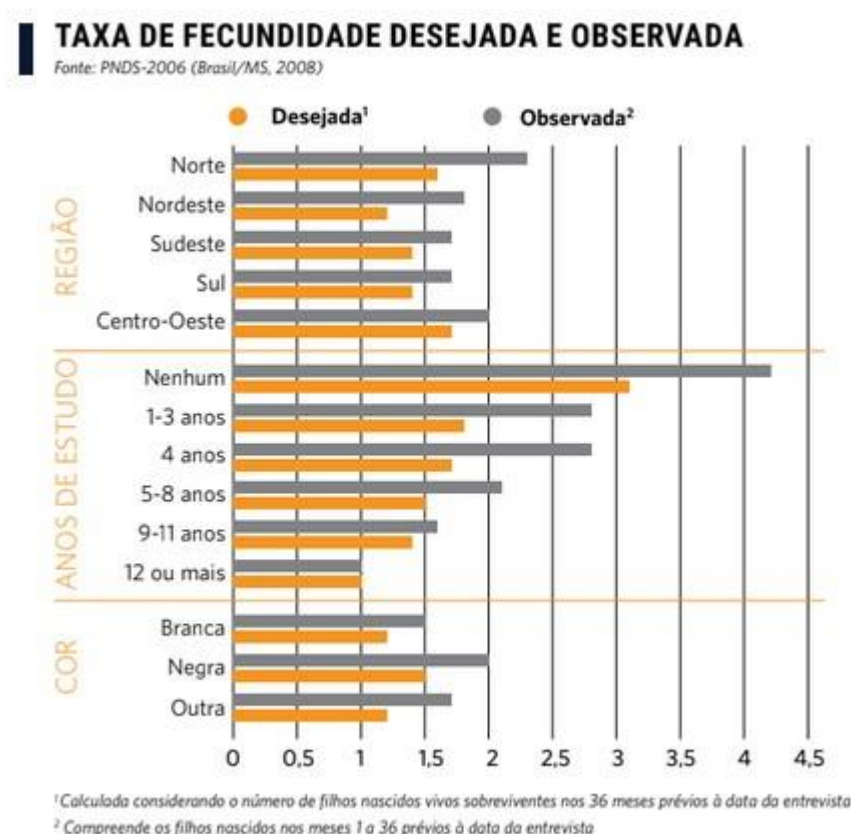
O público feminino ainda continua ocupando um percentual muito baixo nas carreiras políticas, e, estão longe de equiparar-se aos homens nos cargos de chefia e direção no mercado de trabalho.

Por outro lado, o número de mulheres chefes de família aumentou exponencialmente nos últimos anos, de acordo com o estudo de Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves, o Brasil tem passado por um processo de despatriarcalização, explicando o termo patriarcado como “um sistema social no qual o homem (no papel de marido ou de pai) é o ator fundamental da organização social, e exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e

culturais”. (CAVENAGHI e ALVES, 2018). Devido a diversas transformações sociais, demográficas e familiares, há, na atualidade, maior pluralidade nos arranjos familiares.

Os dados do estudo mostram que de 2001 a 2015 as famílias chefiadas por mulheres passaram de 14,1 milhões para 28,9 milhões. “Essa majoração ocorreu no Brasil como um todo, em todas as regiões, nas áreas rurais e urbanas, para todos os tipos de família, e em todas as faixas de renda e educação”. (CAVENAGHI e ALVES, 2018).

Em relação a taxa de fecundidade, o que chama a atenção é a diferença entre as regiões do país, variando ainda conforme o grau de instrução e a cor de pele. De acordo com o Relatório Global do Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) 2018, quando as pessoas têm seus direitos reprodutivos e sexuais respeitados, que seria o acesso à informação, aos métodos contraceptivos e a profissionais da saúde, elas têm menos filhos. A escolaridade também está intimamente relacionada à quantidade de filhos, explicitado nitidamente no gráfico abaixo, no qual se observa a proporção inversa dos dados, quanto mais anos de estudo menor a taxa de fecundidade apresentada. Esta diminui ainda mais nas regiões que podem ser consideradas mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, e ainda é menor entre as mulheres brancas em todos os casos.



O documento salienta também que no Brasil a gravidez na adolescência ainda está muito frequente, mesmo com a democratização da informação, o acesso à saúde estar mais facilitado, o fato da população ter ficado mais velha, entre outros avanços. As recomendações da ONU nesse caso são, entre outras, o empoderamento das jovens para as tomadas de decisões com autonomia e informações sobre sexualidade e reprodução, garantia e ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, além da redução das desigualdades de gênero.

Outro aspecto de destaque, que pode ser considerado uma conquista feminina, foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei N. 11.340/2006), a qual, objetiva prevenir e coibir a violência contra as mulheres, no território brasileiro, no âmbito familiar e qualquer relação afetiva. Além disso, em 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015 que qualifica e aumenta a pena para crimes de homicídio contra mulheres.

Porém, apesar dessas conquistas, os indicadores mostram que a taxa de feminicídios no Brasil é a 5ª mais alta do mundo, dados de 2015, conforme publicação da revista digital Artigo 19, apontam para 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. A publicação traz dados de instituições como Ministério Público, Ministério da Saúde, da Justiça, entre outros órgãos federais, que chamam a atenção também para o aspecto racial, sendo que 68,8% das mulheres mortas por agressão são negras, e que entre 2006 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres negras subiu 22%, enquanto a taxa de homicídio de mulheres brancas diminuiu 15%.

Alguns recuos nas conquistas femininas começaram com a extinção do Ministério das Mulheres, uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer em 2016, e continuaram no governo de Jair Bolsonaro, no qual, os temas pertinentes à Mulher, à Família e aos Direitos Humanos estão concentrados em um só Ministério, conduzido pela Ministra Damare Alves, cujo discurso conservador demonstra possíveis retrocessos nas conquistas femininas, como por exemplo, o fato de a Ministra se posicionar contrária a descriminalização do aborto.

Nos dias atuais, as novas tecnologias, as mídias e redes sociais estão contribuindo muito para o movimento feminista e suas manifestações, que rapidamente se espalham e atingem um grande número de pessoas. Porém, também há um número significativo de pessoas usando as redes contra os movimentos, há tentativas de deturpar o termo Feminismo e de desmoralizar as lutas feministas.

De qualquer maneira, as lutas feministas continuam. As mais recentes estiveram voltadas às questões políticas, como nas últimas eleições, quando manifestações populares, lideradas por mulheres utilizando a famosa *hashtag*: #EleNão, se opunham à candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro, justamente por ele apresentar um discurso conservador e

misógino, e por seus ataques às minorias. Outra pauta recente tem sido o assédio, um movimento bastante significativo ao redor do mundo é o “*Me too*”, que se espalhou rapidamente através das mídias sociais, mostrando a generalização da agressão sexual e do assédio, principalmente em locais de trabalho. Também ganhou as redes sociais e estampou camisetas a campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas”, encabeçada por atrizes brasileiras, devido a casos de assédio no trabalho.

Apesar dos muitos avanços, há muito território ainda a ser conquistado, a Agenda 2030 da ONU apresenta como seu quinto objetivo: *Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*. Dentre as expectativas previstas na descrição desse objetivo consta “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos [...] Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, Agenda 2030), o que deixa claro que muito ainda precisa ser feito para que se chegue a um nível de igualdade entre os gêneros no atual contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este estudo se pôde constatar que o histórico das mulheres brasileiras na sociedade, principalmente no âmbito educacional, foi marcado por grande desigualdade e falta de oportunidades, devido ao fato de se tratar de uma sociedade patriarcal, marcada histórica e culturalmente pelo machismo.

As mulheres conquistaram muitos espaços ao longo do tempo, porém, nada veio fácil e cada pequena conquista foi resultado de muita luta e persistência. Mesmo assim, ainda há muito que se conquistar, principalmente em relação ao reconhecimento e valorização da mulher, ao tratamento igualitário dentro das famílias e das relações afetivas, à equiparação dos gêneros no mercado de trabalho e nos cargos de decisão.

A luta das mulheres por oportunidades na educação foi fundamental e determinante para que avançassem em todas as demais áreas da sociedade, pois por meio da educação as mulheres mostraram que são capazes e apresentam as mesmas condições intelectuais que os homens, sendo assim, se mostraram aptas a conquistar outros direitos, como o direito de exercer a cidadania, através do voto, conquistaram oportunidades no mercado de trabalho, embora tendo uma remuneração menor, em muitos casos, até hoje.

Ficou claro que o processo de emancipação feminina na sociedade é lento e demanda muita força, persistência e resistência, pois depende da desconstrução de uma cultura machista e fundamentada nos conceitos patriarcais. Desta forma, qualquer mudança ainda é encarada com estranhamento por grande parte da população e enfrenta geralmente muita resistência.

Por isso, há a necessidade de manter a força dos movimentos e dos ideais feministas, mesmo diante de momentos históricos como o atual, em que se observam alguns retrocessos, recuos ou estagnações devido à tomada do poder por parte de governos de extrema direita e de discursos conservadores e misóginos.

O diferencial de hoje são as mídias sociais, que apesar de acabar, por vezes, sendo utilizadas para desmoralizar os movimentos, contribuem muito na disseminação dos ideais feministas, e tornam mais fácil organizar mobilizações por todo o país.

De qualquer forma, os objetivos da agenda 2030 da ONU deixam claro que ainda se precisa lutar pelo básico, que é a igualdade entre os gêneros e o combate à violência contra as mulheres, isso é o mínimo que se pode esperar e desejar para que, pelo menos no futuro, as mulheres possam desfrutar de uma sociedade igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822.** Rio de Janeiro: José Olímpio, Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM). Brasília, 2019.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios.** Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.

FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Campinas: Autores Associados, 2001.

FREIRE, Eleta de Carvalho. **Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado**. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul.-dez. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015. Notas Metodológicas [s.d.]. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/Metodologia_20170517.zip>. Acesso em: 14 out. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. A Agenda 2030. Disponível em : <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 29 out. 2019.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Planalto do Governo, 1988.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: autêntica, 2000. pp.79-94

SOUZA, Maria Izabel Siciliano; ABDALA-MENDES, Maria Ferreira. **A formação científica e profissional das mulheres no Brasil: A contribuição de Bertha Lutz**. In História da ciência e ensino. Construindo interfaces. São Paulo: 2018.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910)**. In: História e Memória da educação Brasileira, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980)**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-eminic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/bem-estar/saude-bem-estar/onu-divulga-pesquisa-sobre-os-caminhos-da-fecundidade-no-brasil>. Acesso em : 19 out. 2019.

